

Manuais escolares

Famílias numerosas aplaudem decisões

- Vigência dos livros passa para seis anos
- Associação defende maior reutilização

A Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN) manifestou, ontem, a sua satisfação pelas recentes alterações implementadas no regime dos manuais escolares, nomeadamente, o alargamento da sua vigência de quatro para seis anos.

O novo regime dos manuais escolares, aprovado em Conselho de Ministros na quinta-feira, institui também a certificação prévia dos livros por comissões de peritos e alarga os apoios aos alunos mais carenciados.

Em comunicado, a APFN insiste na eliminação de todos os manuais escolares, "inclusive de exercícios, em que os alunos sejam obrigados a escrever nas suas



LEONEL DE CASTRO

Governo decidiu alargar o período de vigência dos livros escolares

páginas, impedido, assim, a sua reutilização". "Deverão ainda ser eliminados os manuais em edições luxuosas e, como tal, desnecessariamente caras", defende a associação.

Para a APFN, "dada a aparente dificuldade das editoras nacionais em conseguir estes objectivos", o ideal seria "a abertura do mercado nacional a editoras estrangeiras".

A Associação Portuguesa de

Famílias Numerosas apela, ainda, ao Governo para que crie o "cheque-ensino", que consiste em dar aos pais um cheque no valor que custa actualmente o ensino numa escola estatal, que deixariam de ser gratuitas, passando o seu financiamento a ser assegurado através de propinas pagas pelos alunos. A medida concederia a "a liberdade de os pais escolherem a escola mais adequada para os seus filhos". ◀